no desenvolvimento infantil. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, p.1-54. 2009.

CUNHA, Ana da. Literatura Infantil: imaginação e educação infantil. Florianópolis, 2012. No prelo.

Equipe Editorial, Conheça os tipo de arte e aprenda diferenciá-los. Arte ref, 11 de Junho de 2019. Disponível em: https://arteref.com/arte-no-mundo/tipos-de-artes/. Acesso em 06/04/2021.

FERREIRA et al. A importância do desenho infantil no desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos. Londrina, 2011. No prelo.

HANAUER.F. Riscos e rabiscos – O desenho na educação infantil. Perspectiva, Erechim, v.37, n.140, p. 73-82, Dez, 2013.

MENDES, Tatyane. Funções da comunicação: quais são e como usá-las de forma eficaz. Na prática.org, 28 de outubro de 2019. Disponível em: https://www.napratica.org.br/funcoes-da-comunicacao--como-usar-de-forma-eficaz/>. Acesso em: 04/04/2021.

MENON et al. Benefícios da dança nas aulas de educação física escolar para o desenvolvimento infantil. Iguaçu. 2004. No prelo.

MUNHÃO, Marisa; MUZEL, Andrei Alberto. A dança na educação infantil. Fait. Itapeva. Abr, 2014.

NASCIMENTO, Zilda Elena V. A importância da literatura no desenvolvimento infantil. Americana, 2006. No prelo.

PINTO, Rogério da Silva. A música no processo de desenvolvimento infantil. Monografia (Licenciatura em música) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p.1-38. 2009.

RAMOS, Solange Cabral P. C. A importância da música no desenvolvimento Infantil. Exatto Educacional, São Paulo, v.3, n.3, p. 20-24, Mar, 2020.

SANTO et al. As contribuições da dança no desempenho motor de crianças da educação infantil. Arquivos em movimento, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p. 29-46, Jul/Dez,2015.

SANTOS, Maria Alice Amaral dos; COSTA, Zuleika. A arte na educação infantil: sua contribuição para o desenvolvimento. In: SEMINÁRIO

INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO,XV, 2016, Novo Hamburgo

ZOPELARI, Lauri de Freitas P. Desenho: Uma forma e desenvolvimento infantil. Jaboticabal,2007. No prelo

DEGRADAÇÃO AMBEINTAL E CONTRUÇÕES DE FAVELAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

JULYANA GOUVEIA PRATES QUEDAS

RESUMO

As pesquisas sobre os problemas ambientais urbanos vêm demonstrando o quanto a desigualdade social tem impactado no crescimento e desenvolvimento da vida urbana. O aumento do êxodo rural nos últimos 40 anos provocou uma migração desenfreada da população rural para o meio urbano, o que ocasionou um colapso social, econômico e ambiental. O objetivo do presente estudo é verificar os problemas ambientais frente ao cresci-

mento do número de ocupações ilegais.

Palavras chaves: favelas, ocupações irregulares, ambiente, saúde

INTRODUÇÃO

A literatura vem mostrando já a um certo tempo que a globalização tem seus reflexos e consequências de maneiras diferentes em cada região. Segundo Sonntag (1998) citado por Cotrin (2005, p.529) a globalização apoiada pelo capitalismo, ampliou a distância entre ricos e pobres, aumentando assim a concentração de riquezas. Em um mundo marcado por grandes desigualdades, podemos dividir os países pelas seguintes expressões: Primeiro Mundo e Terceiro Mundo. Enquanto o Primeiro mundo é considerado desenvolvido, homogêneo e composto por um grupo restrito de pessoas, o Terceiro Mundo é subdesenvolvido, desigual, rodeado de miséria e pobreza.

Rodolfo F. Alves Pena descreveu a favelização como um processo de crescimento do número de favelas num dado local ou cidade. Já o IBGE define essas ocupações como aglomerado subnormal, ou seja, são terrenos irregulares de propriedade alheia para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação. No Brasil, esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros. Enquanto referência básica para o conhecimento da condição de vida da população brasileira em todos os municípios e nos recortes territoriais intramunicipais – distritos, subdistritos, bairros e localidades –, o Censo Demográfico aprimora a identificação dos aglomerados subnormais. Assim, permite mapear a sua distribuição no País e nas cidades e identificar como se caracterizam os serviços de abastecimento de água, coleta de esgoto, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica nestas áreas, oferecendo à sociedade um quadro nacional atualizado sobre esta parte das cidades que demandam políticas públicas especiais. Sabemos que esse problema tem origem histórica, econômica e social, resultando em casas sem planejamento, provenientes de invasões e ocupações irregulares. A formação dessas favelas está diretamente ligada a industrialização, pois com a mecanização do campo, houve a necessidade da população migrar para as grandes cidades a procura de emprego e melhores condições de vida.

No Brasil, a maior concentração de favelas são encontradas em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. O aumento exponencial de assentamentos ilegais tem provocado problemas como, erosão, enchentes, deslizamentos, destruição de florestas, contaminação da água, surgimento de doenças, falta de saneamento básico, afetando a saúde pública (GROSTEIN, 2001). A partir desta premissa, Grostein identificou que construções irregulares apresentam gestão independente e capacidade financeira desigual, o que prejudica a infraestrutura urbana dessa população. A partir daí as soluções para este problema estrutural vão além dos limites político-administrativos, agravando as inadequações do uso do solo com forte impacto

ambiental.

Figura 1 -Região Metropolitana de São Paulo



Fonte: Thiago Queiroz, O Estadão, 2013

Silva e Travassos (2008) verificou que o crescimento do espaço urbano esteve associado a problemas ambientais e observou-se uma população mais engajada em assuntos relacionados ao meio ambiente. Antes, o movimento ambientalista mundial priorizava os problemas ambientais relacionados a Agenda Verde (recursos naturais e ecossistemas), a partir da década de 90 foram incluídos também, os problemas relacionados aos ambientes urbanos.

A possibilidade de compreender as questões ambientais como um problema social, político e econômico, nos permitiu ter uma perspectiva mais abrangente em relação ao desenvolvimento de países de Primeiro e Terceiro Mundo.

Em 1990 os problemas ambientais urbanos começaram a ser reconhecidos pelas Nações Unidas, ganhando visibilidade mundial. A partir daí, houve a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) que concluiu que os problemas entre Homem e ambiente estariam ligados diretamente pobreza (SILVA e TRAVASSOS,2008). Foi criada a Agenda 21 que tem como objetivo elaborar ações seguindo os princípios da sustentabilidade, distribuídos em 40 áreas: política econômica, cooperação internacional, combate à pobreza, controle demográfico, proteção da atmosfera e outras. A mudança de padrão de consumo também está entre os programas de ação da Agenda 21. O texto sugere o exame dos padrões não sustentáveis e a criação de estratégias para estimular hábitos de consumo que ajudem a preservar o meio ambiente. A questão do consumo é tratada também em áreas como as de energia, transporte e resíduos.

A Agenda 21, criada a partir da CNUMAD é parte de uma clara distinção entre os problemas dos assentamentos humanos em países desenvolvidos ou em desenvolvimento, concluindo que a imensa concentração populacional nos assentamentos urbanos dos países em desenvolvimento tem exercido forte pressão sobre o meio ambiente. De maneira semelhante, aponta a pobreza como uma das questões cruciais dos problemas ambientais urbanos, considerando a sua erradicação e a resolução do problema habitacional como requisitos indispensáveis para a promoção do desenvolvimento sustentável nas grandes cidades (CNUMAD, 1992).

DESENVOLVIMENTO

A construção de favelas envolve questões sociais, culturais, políticas e eco-

nômicas. Para que haja um crescimento urbano saudável são consideradas algumas variáveis: tratamento de água e esgoto, coleta de lixo, moradia, lazer, saúde, transporte público, condições de trabalho, alimentação, meio ambiente e acesso a bens e serviços essenciais. A partir da análise das necessidades de cada território se faz necessária a formulação de políticas de saúde destinadas a promoção de saúde nos campos econômico, social e ambiental (Lei 8.080/90).

O aumento dos espaços urbanos durante as últimas quatro décadas visava melhoria da infraestrutura urbana. O crescimento de 13 cidades brasileiras com mais de um milhão de habitantes não tinham respaldo de políticas públicas que pudessem oferecer qualidade de vida as populações dessas cidades. O resultado desse processo foi a disseminação da população para periferia, aumentando as chances de ocupações ilegais. (GROSTEIN, 2001).

De acordo com Silva e Travassos (2008) foi observado que a institucionalização de políticas ambientais não impactou de forma concreta nas cidades, haja visto que os assentamentos vem crescendo de forma abrupta.

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o número de favelas cresceu 118,33% nas grandes metrópoles durante a década de 50 (Silva e Travassos, 2001). Grostein (2001) apontou um aumento de 3,1% no crescimento de periferias em nove regiões metropolitanas brasileiras em meados de

1980. Durante este mesmo período, o município do Rio de Janeiro tinha cerca de 17,6% da população residente em favelas, sendo estas construídas em morros. Em São Paulo, o crescimento da população na periferia foi para 19,80%. A taxa de mortalidade infantil ficou acima de 40 óbitos para cada mil nascidos vivos. Esse aumento se dá principalmente pelo esgoto a céu aberto, seguido de doença endêmica (cólera, febre amarela, dengue e malária).

Outro fator que chama a atenção é o tratamento de resíduos sólidos e industriais. De acordo com o Censo Demográfico de 2000, 76,4% dos domicílios são cobertos por coletas de lixo enquanto o restante é destinado de forma inadequada aos lixões. Já a falta de aterros industriais atingem 97% dos municípios brasileiros. Os municípios mais populosos são os que produzem mais resíduos perigosos e em quantidade significativa, ou seja, 80% estão no Nordeste, Sudeste e Sul. A partir desses dados, o IBGE constatou que boa parte dos municípios não especificam o destino de seus resíduos tóxicos.

Já nas favelas a realidade não é a mesma. A coleta de resíduos sólidos encontra grandes dificuldades de atender toda a população devido ao relevo e estreitamento de vias de acesso. Com isso, há um aumento da disposição de lixo a céu aberto, gerando consequências graves ao meio ambiente a saúde pública (BORELLI, 2011). Cabe destacar que, a má gestão da coleta de resíduos, nos mostra que esse não é apenas um problema ambiental, mas um agravante social que revela o descaso em relação a população das grandes metrópoles.

Figura 2 – Feira de Santana



Fonte: Mário Sepulveda, Folha do Estado da Bahia, 2020

Silva e Travassos (2008) concluíram que o não tratamento desses resíduos provoca contaminação do ar, solo, rios e aquíferos. A partir dessa problemática, o sistema de saúde fica em alerta para possíveis problemas epidemiológicos que possam afetar não só a população local como toda a cidade.

Em relação a politicas socioeconômicas, sabe-se que os investimentos governamentais são priorizados e os privados deixados em segundo plano, porém regula quem e quantos terão direito a cidade (apud Maricato,1996). Por isso, podemos concluir que a falta de estrutura social, a degradação ambiental e a segregação econômica contribuem para exclusão social e marginalização da população (PEREIRA, 2001). A partir desse conceito, Borelli (2011) observou dois tipos de causas que levam a favelização: as comunidades de baixa renda e a degradação ambiental. Sabe-se que famílias que não possuem alternativas econômicas podem ocupar ambientes em que a degradação ambiental já está instalada ou comunidades que vivem naquele ambiente que antes não tinha problemas ambientais, agora são surpreendidas por empreendimentos de risco afetando a população local.

Conforme Carlos (1994, p.85) citado por Pereira (2001) o uso do solo urbano é disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre indivíduos e usos. Esse pleito será, por sua vez, orientado pelo mercado, mediador fundamental das relações que se estabelecem na sociedade capitalista, produzindo um conjunto limitado de escolhas e condições de vida. Portanto, a localização de uma atividade só poderá ser entendida no contexto do espaço urbano como um todo, na articulação da situação relativa dos lugares. Tal articulação se expressará na desigualdade e heterogeneidade da paisagem urbana.

A ausência de políticas públicas permite que haja um aumento exponencial da urbanização da pobreza promovendo uma supervalorização dos imóveis com valores inacessíveis a população. O resultado final é a construção de assentamentos ilegais e crescimento da pobreza urbana. O princípio econômico envolvido nessa narrativa só reforça o poder do capitalismo e do segregacionismo na nossa sociedade (PEREIRA,2001).

MATERIAIS E MÉTODOS

Revisão bibliográfica através de livros, revistas e sites referentes ao tema e artigos científicos pesquisados pela base de dados Scielo e PubMed, compreendendo o período de 2001 a 2018, através das palavras-chave: meio ambiente, favelas, degradação.

DISCUSSÃO

Tendo em vista o aumento do crescimento de favelas em quase que 100% dos artigos, Silva e Travassos (2008) sinalizou que a falta de acesso a condições de moradia digna obrigou a população de baixa renda a morar em ocupações ilegais, com más condições de saúde e infraestrutura interferindo nas condições ambientas e qualidade de vida da população local. É sabido que esse quadro é decorrente da urbanização intensa que traz consigo problemas como mortalidade infantil, ausência de saneamento básico, desmatamento, aparecimento de doenças, entre outros.

Parece haver concordância sobre o descaso com resíduos tóxicos, principalmente em municípios mais populosos. Essa elevada proporção se dá pela falta de um plano de gestão de resíduos e integração econômica e social da população que vive nessas áreas.

É relevante o estudo de Silva e Travassos (2008) que nos mostra que as cidades que mais crescem se encontram em países em desenvolvimento. E esse crescimento é intenso o suficiente para expandir a pressão sobre os recursos naturais.

Para Grostein (2001), a construção de um novo espaço urbano necessita de investimentos públicos e privados para que intervenções sejam realizadas em benefício da população e do meio ambiente. Para além de políticas públicas foi percebido que é de extrema importância a mudança de comportamento da sociedade, pois muito desses problemas poderiam ser amenizados coma mudança da consciência social.

Em relação ao mercado imobiliário, Pereira (2001) cita que o a economia se baseia na busca do máximo benefício, fazendo com que o solo se torne objeto de troca, gerando um fluxo de capital e trabalho mediante a urbanização. Dessa maneira, o capitalismo se beneficia da troca e se apropria dos valores que são gerados através dessa transação. Essa busca incessante traz transformações urbanas contínuas, impactando diretamente o meio ambiente.

Sendo assim conforme Maricato (1996) citado por Silva e Travassos (2008) a expansão das favelas se processam em áreas desprezadas pelo mercado imobiliário formal e/ou áreas de restrição de uso, as quais envolvem algum tipo de risco. Essas áreas apresentam uma maior fragilidade do ponto de vista ambiental.

Podemos correlacionar a “favelização” a exclusão social da população de baixa renda. Durante a organização e crescimento de uma cidade, os diversos locais de moradia assumem diferentes preços estabelecidos pelo mercado imobiliário. Portanto, a população com menor poder aquisitivo tende a ocupar as áreas periféricas da cidade, sujeita a inundações e desabamentos (PEREIRA, 2001).

Como apontam Denaldi e Ferrara (2018), o desenho dos programas que financiam a urbanização de assentamentos precários, permitiram o aprimoramento das intervenções. No entanto, essas nem sempre alcançam a qualidade satisfatória. Há indícios de que, na prática, é preciso elevar a qualidade dos projetos e garantir sua integral realização nas intervenções para promover a adequada recuperação ambiental e urbanística dos assentamen-

tos. Em contrapartida, Corbun e Sverdlik (2017) sugere que o processo de urbanização das favelas pode oferecer melhorias ambientais e sociais para seus moradores, incluindo a habitação infraestrutura, emprego, serviços de saúde e inclusão política e social. A urbanização das favelas pode trazer benefícios para saúde através de adoção de políticas estruturadas de saúde.

Magalhães e Dias (2008), perceberam a ineficácia de políticas que pudessem melhorar a qualidade de vida da população periférica. Assim, a desigualdade nas cidades brasileiras tem como vilão a questão fundiárias, o que justificaria os altos índices de vulnerabilidade urbana e ambiental.

Borelli (2011) revela que a presença de garis e coleta porta a porta é uma maneira viável de tentar combater a poluição ambiental, porém reforça que a participação da população em projetos de melhorias é fundamental. A imersão da população em políticas de saúde e ambientais promove uma responsabilidade compartilhada, permitindo também uma iniciativa direta daquela população. A expansão dos serviços de coleta para toda a comunidade e o monitoramento das ações desenvolvidas também podem auxiliar na resolução do problema.

No entanto, esses padrões reforçam o uso seletivo do ambiente urbano, representando a hierarquização da sociedade (MAGALHÃES E DIAS, 2018).

CONCLUSÃO

Sabemos que com o passar dos anos o aumento dos aglomerados subnormais tem crescido cada vez mais, reforçando a desigualdade socioambiental e o segregacionismo. Essas populações periféricas sofrem com a falta de moradia, transporte, saúde e educação, tornando essas populações mais expostas e vulneráveis.

De acordo com os autores, ainda não há políticas publicas efetivas que possam diminuir o crescimento dos assentamentos ilegais. A falta de um plano de gestão e ações integradas se torna um desafio visto que, a divisão da população entre ricos e pobres é crescente, o que torna conflituosa a melhoria ambiental e social.

REFERÊNCIAS

Agenda 21: Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e padrões de consumo. Revista Em Discussão. Disponível em: http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/em/discussão/rio20/temas-em-discussaona-rio20/agenda-21-meio-ambiente-desenvolvimento-sustentavel-e-padroes-deconsumo.aspx

Aglomerados subnormais. Tipologias do território. Disponível em:

https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-doterritorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e

Borelli, E. TRANSFORMAÇÕES URBANAS E DESIGUALDADE AMBIENTAL NA GRANDE SÃO PAULO. In: Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, 2011, São Paulo.

CORNUN, J; SVERDLIK, A; TCHOUNWOU, P.B. Melhorias de favelas